

ATA N.º 3/2019

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 24 DE JANEIRO DE 2019:

No dia vinte e quatro de janeiro de dois mil e dezanove, pelas dezassete horas e seis minutos, no auditório da biblioteca municipal de Palmela, reuniu, extraordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Cristovão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo e José Calado Gertrudes.

O **Sr. Presidente** cumprimenta o executivo camarário, jornalistas, dirigentes e trabalhadores/as presentes.

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelo seguinte ponto:

PONTO ÚNICO – 1.ª Alteração ao Orçamento 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelo ponto que é enunciado no início desta ata.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO ÚNICO – 1.ª Alteração ao Orçamento 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022.

PROPOSTA N.º DADO 01_03-19:

«A 1.ª alteração ao Orçamento 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022 tem como finalidade proceder ao reforço de dotações com insuficiência de verbas para acomodar encargos transitados do ano de 2018 e cuja liquidação se considera imperiosa para assegurar o cumprimento da Lei dos Compromissos em Atraso, bem como, o reforço de ações com dotação

insuficiente de modo a possibilitar a adjudicação de procedimentos concursais urgentes, nomeadamente:

1. Reforço da ação Requalificação de espaços públicos e arranjos exteriores em Fernando Pó, de modo a permitir o lançamento de procedimento concursal e cuja dotação se encontra parcialmente a definir;
2. Reforço da ação Pavimentação da Rua Nova do Vale - Águas de Moura, de modo a permitir o lançamento de procedimento concursal;
3. Reforço da ação Pavimentação da Rua Luis de Camões/ Rua dos Lusíadas/ Rua das Flores - Lagoinha, de modo a permitir o lançamento de procedimento concursal e cuja dotação se encontra parcialmente a definir;
4. Reforço da ação Pavimentação de troço da Rua da Escola / Estrada do Gado - 2ª Fase, de modo a permitir o lançamento de procedimento concursal;

Foram igualmente introduzidos outros acertos sem expressão relevante nos documentos em apreciação.

A compensação destes reforços foi efetuada com a diminuição da dotação das ações relativas aos pagamentos à Simarsul e Amarsul, despesas com consumo de energia de instalações e equipamentos municipais, iluminação pública - consumo, combustíveis e lubrificantes, transportes escolares, encargos com saúde, encargos de cobrança de receitas, outras despesas correntes – outras e Requalificação do Salão Nobre dos Paços do Concelho, cujas verbas não serão necessárias utilizar nos primeiros meses do ano e que serão repostas na 1.ª revisão aos documentos previsionais, com a inclusão do saldo de gerência de 2018.

O valor desta alteração é de 1.455.810,00 € (um milhão, quatrocentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos e dez euros), e representa 2,75% do Orçamento em vigor.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, propõe-se a aprovação da 1.ª alteração ao Orçamento de 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022.»

Sobre a proposta de 1.ª alteração ao Orçamento 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022, numerada DADO 01_03-19, intervém:

O **Sr. Presidente** adiciona as seguintes explicações:

Relativamente à 1.ª alteração ao orçamento de 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022, refere que os reforços mais significativos são o reforço da ação requalificação de espaços públicos e arranjos exteriores em Fernando Pó, de forma a permitir o lançamento de procedimento concursal e cuja dotação se encontra parcialmente a definir, uma vez que está tudo pronto para lançar o procedimento dado que já chegou o Parecer das Infraestruturas de Portugal. O reforço da ação Pavimentação da Rua Nova do Vale em Águas de Moura, para

permitir o lançamento de procedimento concursal que também está em condições de iniciar com a operação se for aprovada a alteração. O reforço da ação Pavimentação da Rua Luis de Camões, Rua dos Lusíadas e Rua das Flores na Lagoinha, de modo a permitir o lançamento de procedimento concursal e cuja dotação se encontra parcialmente a definir, que aliás, no final do ano passado, quando se fez a última revisão ao Orçamento, já havia um resto de verba ainda em 2018 e a verba remanescente em 2019, mas agora é preciso chegar aos valores reais do procedimento. Também, o reforço da ação Pavimentação de troço da Rua da Escola e Estrada do Gado - 2ª Fase, de modo a permitir o lançamento de procedimento concursal.

Refere que também se aproveita nesta 1.ª alteração ao Orçamento, para fazer acertos que não têm expressão relevante nos documentos em apreciação, ma ainda assim trata-se de uma alteração no valor de 1.455.810,00 €, tendo sido necessário ir buscar os reforços com uma diminuição de dotações das ações relativas a pagamentos à Simarsul, à Amarsul, a despesas de consumo de energia de instalações e equipamentos municipais, iluminação publica, consumo de combustíveis e lubrificantes, transportes escolares, encargos com saúde, enfim, aqueles que geralmente são um pouco mais volumosos e que, nos primeiros 6 meses do ano, podem ir buscar dinheiro até à 1ª revisão, que ocorrerá em abril e que depois, podem voltar a colocar as verbas necessárias nestas rubricas.

Esclarece que uma das verbas diz respeito à requalificação do Salão Nobre dos Paços do Concelho, o que não significa que a obra não vá avançar, contudo, tendo em vista agilizar o procedimento, a obra irá avançar em duas fases, sendo que uma destas fases faz parte da candidatura e outra que não faz, portanto, o valor da alteração representa 2,75% do orçamento em vigor e atinge 1.455.810 euros.

Refere que existem, nesta alteração, mais algumas informações e precisões de detalhe, nomeadamente, um reforço urgente e necessário para aquisição de equipamento de grandes formatos de reprografia, uma vez que o existente está obsoleto e não tem reparação; nos combustíveis e lubrificantes, terá de ser repostos na revisão orçamental. Em relação às Escolas, têm faturação transitada de 2018 para 2019, ou seja, havendo a necessidade de pagar, porque estava no orçamento do ano passado e como vai ser pago este ano, tem de passar para o orçamento deste ano, assim, para a EB Matos Fortuna o valor, 72.500€ euros; para a EB de Cabanas 76.000€ para adjudicar a obra; EB de Brejos do Assa o valor de 22.000€, também faturação transitada; na EB de Cajados na qual há necessidade de fazer transitar 45.500€.

Na conservação e funcionamento de espaços de jogo e recreio, realça umas mudanças de rubrica, anulando-se 50.000€ e reforçando 30.319€ para beneficiações diversas; no plano inovador de combate ao insucesso escolar é apenas uma troca de rubricas; nos transportes escolares dá nota de uma anulação transitória, que depois será reposta na 1.ª Revisão no valor de 69.800€; no programa de alimentação escolar verifica-se a necessidade de um reforço, dado que ainda existem algumas faturas da Uniself que estavam dependentes de uma penalidade e,

portanto, depois dos acertos acerca dos valores das multas, está na altura de fazer estas contas.

Em relação ao parque habitacional do município, em função de várias obras e intervenções, é necessário fazer um reforço, ou seja, trata-se das faturas que chegam em dezembro e que não tendo sido possível ser conferidas e trabalhadas de forma a serem pagas, a verba que estava no ano passado vai ser transitada no saldo em abril, vai ser necessária para pagar estes encargos transitados. Depois, nas obras em substituição dos titulares de alvarás de construção, neste caso, trata-se de uma mudança de classificação económica por causa dos 2 elevadores em 2 prédios que ficaram inacabados em Pinhal Novo. Como já referiu, a requalificação do Salão Nobre, cuja anulação é transitória e não põe em causa o arranque da 1.ª fase da obra, que é aquela que vai estancar as infiltrações da chuva.

Refere também um reforço de 20.000€ para a requalificação da Capela de São João Batista, porque o resto da verba ainda está a definir, ou seja, este valor é para o estudo que importa fazer antes de mandar fazer o projeto, porque já têm uma previsão de custos, e acrescenta que já está agendada uma reunião com o Sr. Bispo, para fechar as alterações ao contrato de comodato ou protocolo que foi aprovado no mandato anterior, mas que permanecem ainda, algumas indefinições relativamente ao valor da obra, portanto, enquanto não forem feitos estes estudos, que vão, efetivamente, dar indicações precisas do que é necessário fazer para garantir a estabilidade do edifício.

A elaboração da avaliação ambiental estratégica está relacionada com o PDM, que está a ser trabalhado para ser entregue a 1ª versão à nova Comissão de Acompanhamento, no 1º trimestre deste ano e ainda, vai ter de ser encomendada, porque só é possível começar a fazer esta 3ª fase da avaliação ambiental com esta entrega e, portanto, a verba não tendo sido gasta no ano passado, tem de ser agora reforçada este ano, de 25.500€, num total que se estima em 34.000€.

Na reabilitação dos logradouros das traseiras da Rua 25 de Abril e Rua Infante Dom Henrique em Pinhal Novo, retiraram 20.000€, porque a obra já está adjudicada e o valor foi muito inferior; em Fernando Pó, como a verba estava quase toda a definir aquando foi aprovado o orçamento em outubro e novembro, estão agora a colocar 74.000€ para poder lançar a obra; no espaço museológico dos caminhos-de-ferro e ferroviários em Pinhal Novo, há também uma correção na classificação económica, para se poder lançar as obras necessárias para acomodar este espaço museológico; nos polidesportivos e espaços de jogo e recreio, têm valores transitados, mas também têm algumas urgências em reparações que são necessárias fazer, pelo que, não podem estar à espera da Revisão em abril.

Relativamente à rede viária, para além do que foi mencionado na proposta, a pavimentação da Rua das Laranjeiras, cuja obra está concluída, mas a faturação chegou no final do ano, portanto, tem de ser paga em 2019; no CAFA – Castelos e Fortalezas da Arrábida, também se

trata de uma fatura transitada de Arqueologia e, no 1º caso, é um reforço de 5.000€ para poderem lançar o procedimento, num valor total de 302.000€.

Refere que também há pequenas afinações, nomeadamente, um reforço de 6.200€ para a contratação do estudo sobre o Regulamento e Tabela de Taxas; algumas anulações nos encargos com a saúde, nos encargos com cobranças de receitas e outras que depois será para compensar em sede de revisão de Orçamento. Portanto, é uma alteração semelhante às que já foram efetuadas no início de cada de cada ano e é, de facto, indispensável para poderem dar continuidade ao trabalho e aos compromissos de obras que têm assumido com a população e que foram aprovadas nas Grandes Opções do Plano.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezassete horas e dezanove minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Finanças, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Pacheco